

**OS MONGES NAS CIDADES COMUNAIS DA ITÁLIA MEDIEVAL:
ALGUMAS OBSERVAÇÕES**

**LES MOINES DANS LES VILLES COMMUNALES DE L'ITALIE
MEDIEVALE: QUELQUES REMARQUES**

Cécile Caby*
Université Lyon II

Tradução
Letícia Dias Schirm**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer novos elementos para a percepção das relações entre as cidades e as ordens monásticas, por meio de um panorama das diversas estratégias adotadas pela Ordem dos Camaldulenses, que levaram a alcançar um papel ativo nas cidades comunais da Itália central e setentrional. Para tanto, serão mobilizadas fontes documentais produzidas dentro da ordem, no espaço urbano, que possam testemunhar a fabricação desse espaço, o exercício do controle social, bem como a participação, em muitos casos, efetiva desses monges na administração das cidades.

Palavras-chave: comunas italianas, monges, Ordem Camaldulense.

Abstract: The main objective of this study is to bring new elements to the perception of the relation between cities and the monastic orders, by means of an overview of the various strategies adopted by the Order of Camaldoli, which led it to achieve an active role in the communal cities of central and northern Italy. To do so, we mobilized documentary sources produced within the Order and in the urban space that can witness the making of this space, the exercise of social control, as well as the monks' effective participation, in many cases, in the cities' management.

Keywords: Italian commune, monks, Camaldolese Order.

Recebido em: 29/10/2014
Aprovado em: 20/11/2014

* cecile.caby@univ-lyon2.fr
** letschirm@yahoo.com.br

"Se tu queres ser o que teu nome monge significa, isto é, sozinho, o que tu fazes nas cidades?" (ep. 58, 5, 1). Esse apóstrofe de Jerônimo em uma carta a Paulino de Nola (cerca de 395) pesou, e continua pesando, sobre a percepção das relações entre as cidades – nas suas dimensões espaciais do espaço urbano e sociais de comunidades de habitantes eventualmente incorporadas em comunidades políticas – e os monges na Idade Média. Seja nos discursos dos próprios monges ou na historiografia mais ou menos recente, a definição do monge por sua escolha de se retirar do mundo e, a partir do século XIII, a presença de religiosos – as diversas ordens mendicantes – reivindicando explicitamente a cidade como seu meio natural de surgimento, em quase nada favoreceu a análise serena de um fenômeno, não obstante, amplamente observado no Ocidente medieval, ou seja, a presença de comunidades monásticas em ou perto dos centros urbanos¹. O objetivo deste artigo não é retomar o conjunto desse processo, mas oferecer, a partir da observação de uma pequena ordem italiana, nascida no cerne do vasto movimento beneditino de inclinações reformadoras e ascéticas, fundada pelo eremita Romualdo de Ravena († 1027), a ordem Camaldulense², um panorama das diversas estratégias graças às quais certas comunidades monásticas alcançaram um papel ativo nas cidades comunais da Itália central e setentrional. A escolha da ordem Camaldulense, além dos motivos de oportunidade científica, se justifica por, pelo menos, dois motivos. De uma parte, o caráter paradoxal – e que se faz particularmente emblemático no meio dessa pesquisa – de sua implantação urbana sob a observância ascética, de fato francamente eremítica, que define seu nascimento e seu desenvolvimento e que caracteriza sua percepção aos olhos dos doadores durante toda a

¹ Sobre esse ponto, remeto-me a revisões anteriores: CABY, Cécile. Les implantations urbaines des ordres religieux dans l'Italie médiévale. Bilan et propositions de recherche. *Rivista di Storia e Letteratura Religiosa*, 1999, p. 151-79 e CABY, Cécile. Pour une histoire des usages monastiques de l'espace urbain entre la fin de l'Antiquité et le Moyen Âge. *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge* [En ligne], 124-1, 2012, consultado em 13 de outubro 2014. URL: <http://mefrm.revues.org/94> que se referem à bibliografia anterior. Ver em geral, todos os trabalhos do seminário publicado em *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge* [En ligne], 124-1, 2012, consultado em 13 de outubro 2014. URL: <http://mefrm.revues.org/93> e, para uma comparação com o sul da França, *Moines et religieux dans la ville (XIIe-XVe siècles)*, Toulouse: Privat, 2009 (Cahiers de Fanjeaux 44); à propósito das ordens militares, consulto CARRAZ, Damien. *Les Ordres Militaires dans la ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013.

² Sobre a Ordem Camaldulense, cf. CABY, Cécile. *De l'érémisme rural au monachisme urbain. Les Camaldules en Italie à la fin du Moyen Âge*, Rome: École Française de Rome, 1999 e CABY, Cécile - LICCIARDELLO, Pierluigi (dir.). *Camaldoli e l'ordine camaldolese dalle origini alla fine del XV secolo*, Cesena: Centro storico benedettino, 2014 com bibliografia atualizada.

Idade Média³. De outra parte, os limites geográficos de sua expansão, que se sobrepõe, em grande parte, as do movimento comunal da Itália medieval.

1. Os monges e a "fábrica urbana", entre investimento fundiário e controle social

Tratam-se de fundações, a princípio, urbanas (aquelas numerosas da época lombarda, ou aquelas que participam do controle dos territórios e da reforma das instituições religiosas urbanas pelos bispos gregorianos) ou de instituições que entraram nas cidades, graças a um processo de *inurbamento* mais ou menos lento e complexo⁴, em um momento no qual o tecido urbano está, muitas vezes, já amplamente ocupado ou saturado. A presença monástica na cidade traz uma série de consequências espaciais que merecem ser mencionadas, especialmente porque algumas têm sido objeto de estudos recentes que buscam elucidar suas lógicas múltiplas. Esse é o caso, em particular, das modalidades específicas de desenvolvimento dos bairros em terras monásticas, graças às operações de loteamento⁵. Como muitos estudos de caso têm evidenciado, o sistema de loteamento consiste, por parte do estabelecimento religioso, em alugar em enfiteuse, por uma longa duração, os lotes de terrenos vagos de que são proprietários, desde que o locatário construa uma casa para habitação, segundo os termos fixados pelo contrato. O locatário podia, por sua vez, alugar o terreno e a casa sem, contudo, ultrapassar o período de 29 anos de enfiteuse e em respeito às diferentes cláusulas mutuais entre ambas as partes como, entre outras, a cláusula de preempção, em caso da venda da terra pelo monastério ou da casa pelo locatário. Esses processos e essas múltiplas variantes são a origem da urbanização, a maior parte do tempo modular, de áreas previamente não urbanizadas, que

³ Para efeito de comparação com os Cistercienses, ver GRILLO, Paolo. *Monaci e città. Comuni urbani e abbazie cistercensi nell'Italia nord occidentale (secoli XII-XIV)*, Milano: Biblioteca francescana, 2008 (Studi di storia del cristianesimo e delle chiese cristiane 12).

⁴ Sobre a noção de *inurbamento*, ver CABY, Cécile. Il costo dell'inurbamento. Monaci e frati a confronto. In *L'economia dei conventi dei frati Minori e Predicatori fino alla metà del Trecento* (Assisi, 9-11 ottobre 2003), Spoleto: SISMEL, 2004, p. 295-338. Para efeito de comparação com o sul da França, BUTAUD, Germain, CHALLET, Vincent. Guerre et transfert *intra muros* des monastères en Languedoc et en Comtat Venaissin (milieu XIVe-milieu XVe siècle). In: *Moines et religieux dans la ville*, p. 517-568.

⁵ Sobre a questão dos loteamentos, partiremos da revisão, sobre a Itália, de HUBERT, Étienne. La construction de la ville. Sur l'urbanisation dans l'Italie médiévale. *Annales. Histoire, sciences sociales*, 59/1, 2004, p. 109-39 e para uma comparação com a Provença, BOIRON, Marc. Le lotissement de l'abbaye Saint-Sauveur de Marseille, *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge* [En ligne], 124-1, 2012, consultado em 13 de outubro de 2014. URL: <http://mefrm.revues.org/140>. Sobre as potencialidades do Sistema de Informação Geográfica (GIS) no tratamento dessas fontes, cf. BOARETTO, Francesca - VALENTE, Vincenzo. Lottizzazioni nella Padova medievale: tra fonti scritte e GIS analysis. In CHAVARRIA ARNAU, A. (dir.), Padova: architetture medievali. Progetto ARMEP 2007-2010, Mantova, 2011, p. 179-194.

acolhem, em geral, os novos migrantes, atores do crescimento urbano. Além de certas vantagens econômicas, que os estudos recentes de E. Faini e F. Salvestrini, sobre Florença, amplamente documentam, com base na confrontação, muito favorável ao segundo, das receitas das terras subdivididas com aquelas dos terrenos agrícolas⁶, os loteamentos garantiam aos estabelecimentos monásticos a promoção de oportunidades em termos de controle social, que é exercido no meio institucionalizado do serviço paroquial, ou naquele mais informal das confrarias de habitantes e de ofício, abrigadas nas igrejas monásticas, próximas às residências ou aos lugares de trabalho de seus membros. Assim, a organização da confraria dos tecelões de *Allemagna bassa* em San Salvatore di Camaldoli, em Florença, na primeira metade do século XV, se explica largamente pela concentração de imigrantes trabalhadores ou artesãos da Arte da lã nessa região da cidade, também chamada “Camaldoli”, cada vez mais urbanizada, devido aos loteamentos camaldulenses e a conservação das estradas, e que foi, em grande parte, integrada à terceira muralha, terminada além do Arno, nos anos de 1330. Tal abertura não é livre de momentos de tensões, nos quais a presença das confrarias põe em risco o delicado equilíbrio entre a presença urbana e a retirada do mundo, inerente à vida monástica, ou ainda, as reivindicações jurisdicionais dos monges. Em 1358, por exemplo, o prior geral camaldulense escreveu ao prior do mosteiro de Camaldoli, em Florença, e aos oficiais e membros da *Societas discipline sancti Iuliani que congregatur in monasterio Camalduli Florentie*, a fim de proibir a construção de salas de reunião no e perto do mosteiro, como os confrades lhe haviam solicitado, aparentemente apoiados pelo prior do lugar. Proibia, também, a construção ou a concessão de todos os demais lugares, nos quais já se reuniam as confrarias, em nome da observância da comodidade dos monges e da necessidade deles de dispor de todos os lugares do mosteiro. No mesmo dia, o prior geral escreveu ao prior de Camaldoli, em Florença, que havia, sem dúvida, encorajado a confraria em seu empreendimento, para lembrar-lhe os deveres de hospitalidade inerente a seu estatuto monástico e a destinação das salas, que planejava ceder aos confrades, aos doentes necessitados e hóspedes do mosteiro. A questão que a passagem sublinha, seria uma discordância de ponto de vista, bastante interessante, entre o prior local e o superior de

⁶ FAINI, Enrico. *Firenze nell'età romanica (1000-1211). L'espansione urbana, lo sviluppo istituzionale, il rapporto con il territorio*, Firenze: L. S. Olschki, 2010. SALVESTRINI, Francesco. *Forme della presenza benedettina nelle città comunali italiane, Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge* [En ligne], 124-1, 2012, consulté le 13 octobre 2014. URL: <http://mefrm.revues.org/327>.

toda a congregação, e parece, portanto, remeter a uma defesa do *propositum vitae* monástico, que o crescimento dos espaços de reunião da confraria parecia colocar em risco. A menos que este apelo à *quies* monástica, na realidade, esconda as verdadeiras motivações da recusa, ou seja, a perspectiva da dedicação pelo ordinário diocesano dos novos locais da confraria, contra os quais se levanta uma das cartas do prior geral em nome da isenção camaldulense⁷. Ainda assim, esse episódio não desanimou, pelo menos, o mundo dos confrades. Em 1360, de fato, um capítulo geral debate sobre a destruição de um hospital, situado próximo à porta do mosteiro, e de casas, perto do claustro interior de San Salvatore, o que permitiria liberar um lugar de reunião para uma sociedade de laicos⁸; seis anos mais tarde, o capítulo geral de Faenza encoraja ainda a confraria de Camaldoli, em Florença, dando a seus membros a participação nos benefícios espirituais camaldulenses⁹. Também é provável que essa confraria tenha sobrevivido até o século XV, sob a invocação de São Bento, sem dar motivos para inquietação ao prior geral¹⁰.

Em estreita colaboração com os loteamentos, os regulares desenvolveram e exploraram bem outras modalidades de participação ativa na “fábrica das cidades”¹¹, como as interações entre os espaços monásticos e a rede de muralhas, pontes, praças e ruas, mas também suas implicações na geografia sacra das cidade, de fato uma marcação simbólica, perceptível pelas eventuais mudanças de nome das ruas, praças, pontes e bairros, conectados ao desenvolvimento de polos regulares. Assim, na metade do século XIII, a instalação das monjas de Santa Cristina de Stifonte, entre as duas últimas muralhas da cidade de Bolonha, em um momento avançado do desenvolvimento urbano (1245), contribui para a aceleração da urbanização do bairro de Fondazza, área de assentamento ainda fraco e mal estruturado, a não ser pelas grandes artérias levando do centro urbano até às portas da “circla”. A política patrimonial das monjas de Santa Cristina, em particular os

⁷ Archivio di Stato di Firenze, *Appendice Camaldoli*, 34, f. 55v. Ver CABY. *De l'érémisme rural*, p. 458-464.

⁸ MITTARELLI, Giovanni Battista. COSTADONI, Anselmo. *Annales Camaldulenses ordinis sancti Benedicti*, VI, Venise 1761, p. 46-8.

⁹ Archivio di Stato di Firenze, *Appendice Camaldoli*, 35, f. 24r.

¹⁰ Ver o *libro della compagnia della disciplina di misere sancto Benedicto di Camaldoli di Firenze*, copiado em 1419 por ordem dos reitores por Andrea da Faenza di Guido de Perucino de' Perucini, monge de Sant'Andrea di Candegli (Archivio di Stato di Firenze, *Compagnie Religiose Sopresse* 635, f. 4r), à propósito do qual CABY. *De l'érémisme rural*, p. 462.

¹¹ Sobre essa expressão, ver GALINIÉ, Henri (éd.). *Tours antique et médiéval. Lieux de vie, temps de la ville. 40 ans d'archéologie urbaine*, Tours: FERACF, 2007, e NOIZET, Hélène. *La fabrique de la ville. Espaces et sociétés à Tours IXe-XIIIe siècle*, Paris: Publications de la Sorbonne, 2007.

loteamentos de seus terrenos, é responsável pelo adensamento de habitat e, indiretamente, pela organização de uma rede de vias secundárias com a abertura, além da via Fondazza, conectando a via Maggiore à via de Santo Stefano, de uma “*viam novam dicti monasterii*”. Essa rua, que passa diante do mosteiro, é atestada já na primavera de 1250, data na qual a abadessa e as monjas suplicam à comuna de Bolonha a realização dos trabalhos¹².

Quanto às monjas camaldulenses de Santa Cristina de Treviso, que se instalaram no último decênio do século XII, no fim de um *inurbamento* contrário, a alguma distância de uma das portas da cidade, obtiveram, ao fim do século seguinte, a abertura de uma poterna encimada por uma torre, adjacente ao mosteiro, a qual levava seu nome. O contexto de crise urbana e de ameaças militares dos primeiros decênios do século XIV incentivou a comuna a deliberar pelo fechamento da *pusterle*, em 1314, mas, nos anos seguintes, é reaberta precisamente para facilitar o acesso do mosteiro e de seu hospital, pelos visitantes e potenciais doadores¹³.

Além das intervenções de regularização ao redor dos complexos religiosos, as organizações comunais tendiam a intervir na edilidade dos mosteiros urbanos, a sustentar os canteiros de obras, que se ocupavam da construção de todo o complexo, em particular do lugar de culto, ou somente dos acabamentos ou reparos. As esmolas eram concedidas de formas variadas: muitas vezes sob o disfarce de isenção fiscal sobre as transações de material de construção e de bens de primeira necessidade (sal, trigo, vinho) ou, mais diretamente, por meio de doações regulares (ou seja, anuais ou semestrais) ou excepcionais, em dinheiro ou materiais (principalmente tijolos)¹⁴.

¹² *Statuti di Bologna dall'anno 1245 all'anno 1267*, éd. FRATI Ludovico, 3 vol., Bologne: Regia Tipografia, 1869-1884, II, p. 391; e Archivio di Stato di Bologna, *Demaniale*, 17/2878, n° 12 (1270 septembre 11). Em 1288, a rua se tornou uma artéria de interesse público, cf. FASOLI, Gina e STELLA, Pietro (éd.). *Statuti di Bologna dell'anno 1288*, Cité du Vatican: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937-1939 (Studi e Testi, 73, 85), p. 161-62. De maneira geral, CABY. *De l'érémisme rural*, p. 344-45 e FOSCHI, Paola e ORTALLI, Jacopo (dir.). *Il monastero di S. Cristina della Fondazza. Documenti e Studi della Deputazione di Storia Patria per le Province di Romagna*, 31 (2003).

¹³ MARCHESAN, Angelo. *Treviso medievale*, Treviso: Tipografia Funzionari Comunali, 1923, I, p. 31-9 et doc. p. 398-99; CABY. *De l'érémisme rural*, p. 296-98. Para efeito de comparação com outra instituição de Treviso, cf. CANZIAN, Dario. Tra suburbio e città. La difficile sopravvivenza del monastero di Ognissanti di Treviso nel Trecento, *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge* [En ligne], 124-1 (2012), mis en ligne le 19 décembre 2012, consulté le 22 octobre 2014. URL: <http://mefrm.revues.org/305>.

¹⁴ Ver os exemplos fornecidos por ASCHERI, Mario. Le ‘bocche’ di conventi e ospedali di Siena e del suo stato nel 1360, *Bullettino Senese di Storia Patria*, 92, 1985, p. 323-33 e ORTALLI, Giorgio. Il procedimento *per gratiam* e gli ambienti ecclesiastici nelle Venezie del primo Trecento. Tra amministrazione, politica e carità. In BERTOLI, Bruno. (dir.). *Chiesa, società e stato a Venezia. Miscellanea di Studi in onore di Silvio Tramontin*, Venezia: Studium cattolico veneziano, 1994, p. 75-100. De maneira geral, CABY. *De l'érémisme rural*, p. 491-95.

2. Os monges nas *communitas* dos cidadãos

O que justifica por parte das autoridades comunais tal atenção para com as comunidades monásticas está relacionado a lógicas múltiplas, que vão da fiscalização dos membros dessas comunidades, frequentemente recrutados nos grupos dominantes da cidade, à preservação da paisagem – e, portanto, da grandeza – citadina, bem como ao controle de uma fração considerável do solo urbano, até mesmo – por intermédio das ligações dos mosteiros urbanos com os eventuais estabelecimentos rurais da mesma ordem – do território rural. Sem mencionar a construção, em associação com as comunidades religiosas, de um estoque de gestas, de narrativas e representações partilhadas, procedimentos essenciais para a inclusão, constituição – bem como exclusão – da coerência demonstrada pela *communitas* urbana.

Poderíamos multiplicar os exemplos de participação das comunidades monásticas, notadamente camaldulenses, nos rituais religiosos urbanos: aqueles da liturgia das grandes festas, como em Pisa, as procissões de *Corpus Christi* – que foram ainda objeto de uma competição pela primazia dos Camaldulenses de San Michele, em Borgo, e os Vallombrosanos de San Paolo, em Ripa d'Arno¹⁵ –, aquelas cerimônias de entrada dos bispos recém-eleitos, como em Volterra, onde o abade de San Giusto desempenhou um papel essencial, a ponto de não querer, a nenhum custo, faltar, nem mesmo para ir ao capítulo geral de sua ordem¹⁶; aquelas, enfim, destinadas a honrar publicamente as relíquias dos protetores da cidade. Algumas comunidades camaldulenses mantinham, de fato, – é o caso de San Giusto, em

¹⁵ Archivio di Stato di Pisa, *Diplomatico S. Michele*, 1393 juin 13; cf. CABY. *De l'érémisme rural*, p. 504; sobre os Camaldulenses em Pisa, completa-se com o artigo de RONZANI, Mauro. Una presenza in città precoce e diffusa: i monasteri camaldolesi pisani dalle origini all'inizio del secolo XV. In: CABY, LICCIARDELLO (dir.). *Camaldolesi e l'ordine camaldolese.*, p. 153-179.

¹⁶ CABY. *De l'érémisme rural*, p. 505-10; CABY, Cécile. Conflits d'identités dans un ordre religieux au XIV^e siècle: l'abbé de San Giusto de Volterra et le chapitre général camaldule. In: FELTEN, Franz Joseph – KEHNEL, Annette – WEINFURTER, Stefan (dir.). *Institution und Charisma. Festschrift für Gert Melville*, Köln: Böhlau, 2009, p. 111-26. Para efeito de comparação com Florença, ver MILLER, Maureen C. The Florentine Bishop's Ritual Entry and the Origins of the Medieval Episcopal Adventus. *Revue d'histoire ecclésiastique*, 96, 2002, p. 5-28, e Urban Space, Sacred Topography, and Ritual Meanings in Florence: The Route of the Bishop's Entry, c. 1200-1600. In: OTT, John S. - JONES, Anna Trumbore. *The Bishop Reformed: Studies of Episcopal Power and Culture in the Central Middle Ages*, Aldershot: Ashgate Publishing, Ltd, 2007, p. 237-49.

Volterra¹⁷ ou de Sant'Apollinare, em Ravena¹⁸ - as relíquias de santos cultuados, há muito tempo, pela comunidade urbana e protegiam ciosamente as prerrogativas que tomaram. Outros, enfim, participam da promoção de novos cultos, de sucesso mais ou menos durável. Assim, as monjas de Santa Cristina de Treviso promoveram o desenvolvimento e o apoio cívico do culto a certo Parísio († 1267), capelão da comunidade, nos primeiros anos do século XIII, do qual conservavam o corpo. No entanto, a promoção de manifestações cívicas em honra de Parísio – inscrição no estatuto como patrono, organização de procissão e, até mesmo, suporte aos projetos de canonização pontifical –, no contexto muito confuso de lutas políticas trevisanas, no século XIV, seguiu de perto – ao ponto de parecer ser um motor – o desenvolvimento complexo do sítio do mosteiro e seu “*inurbamento*” por etapa, no território de Treviso, seus subúrbios e, enfim, seu centro, onde as monjas fizeram transferir suas preciosas relíquias e construir um novo mosteiro no início dos anos 1370¹⁹.

Esta vontade de fusão, por meio dos rituais festivos locais, levaram algumas comunidades a tomar as iniciativas mais espetaculares, como aquelas dos monges camaldulenses de San Giovanni Battista de Calmaggione, em Chioggia, que conseguiram, no início do século XV, em um clima de restauração generalizada, conquistar um lugar de honra em uma procissão comemorativa organizada pela comuna em celebração da liberação de Chioggia por Veneza, no final da guerra contra Gênova. Durante a guerra, o mosteiro foi destruído e os monges forçados, por decisão do Grande Conselho, a se refugiar na cidade, em Santa Chiara²⁰. Voltaram a Camaggione em 1409,

¹⁷ Sobre os cultos cívicos em Volterra, utilizar-se-á o artigo citado na nota precedente graças à PUGLIA, Andrea. Dedicazioni e culto dei santi a Volterra in età precomunale e comunale tra istituzioni ecclesiastiche e civili. In: *La santità nella Toscana medioevale (secoli XI-XV) tra città territori, diocesi e ordini religiosi, la prospettiva istituzionale*, Pisa : editore ETS, 2010, p. 157-202.

¹⁸ Sobre os Camaldulenses de Classe, partir-se-á do volume GIULIANI, Claudia (dir.). *I Libri del silenzio. Scrittura e spiritualità sulle tracce della storia dell'Ordine camaldolese a Ravenna, dalle origini al XVI secolo*, 2013, em particular SAVIGNI, Raffaele. L'insediamento camaldolese di Ravenna (secoli XII-XVI), p. 19-29.

¹⁹ CABY, Cécile. Cultes civiques et *inurbamento* monastique, le culte du b. Parisio de Trévis. In VAUCHEZ, André (dir.). *La religion civique à l'époque médiévale et moderne dans la Chrétienté et l'Islam*, Roma: Ecole française de Rome, 1996, p. 219-34; CABY. *De l'érémisme rural*, p. 511-14.

²⁰ MITTARELLI, COSTADONI. *Annales Camaldulenses*, VI, p. 134; CONCINA, Enrico. *Chioggia. Saggio di storia urbanistica dalla formazione al 1870*, Treviso: Canova, 1977, p. 41; CABY. *De l'érémisme rural*, p. 514-15.

depois da reconstrução do mosteiro, à custa da República²¹. Em seguida, pediram ao Doge Michele Steno para modificar o itinerário da procissão comemorativa da entrada dos venezianos em Chioggia e do resultado vitorioso na guerra (24 de junho de 1380). Argumentando que a data de libertação é dia de são João Batista, santo padroeiro do mosteiro, os monges camaldulenses conseguiram que a procissão terminasse, não mais na catedral, como era feito até então, mas na igreja de seu mosteiro, dedicada ao santo venerado para a ocasião: *...quod dicta processio de cetero fiat ad dictam ecclesiam Sancti Iohannis, sicut hactenus facta est ad dictam ecclesiam cathedralem*²².

3. Os monges a serviço da cidade

A documentação produzida pelos superiores da ordem camaldulense – em particular a série de registros dos priores da ermida de Camaldoli e de toda sua ordem, de acordo com os termos de titularidade em uso – permite adicionar às interações apresentadas até aqui outra forma de colaboração entre instituições comunais e comunidades regulares, que foram objeto de uma recente revisão, graças à qual é agora possível colocar a documentação camaldulense dentro de um rico conjunto de testemunhos²³. Esses registros documentam, de fato, a participação de comunidades camaldulenses, ou de certos monges em seu cerne, nas operações administrativas absolutamente essenciais à afirmação e manutenção das comunas, como a reunião dos conselhos, o controle das operações de voto ou daquelas relacionadas à fiscalidade urbana

²¹ MITTARELLI, COSTADONI. *Annales Camaldulenses*, VI, p. 147 ; GRADENIGO, G. A. *Notizie storiche della chiesa e monastero di San Giovanni Battista de' Camaldolesi in Cal Maggiore fuori Chioggia*. In CALOGERA, Angelo (dir.). *Nuova Raccolta d'opuscoli scientifici e filologici*, XVII-9, Venezia, 1768, p. 12-14.

²² Edição da carta em GRADENIGO. *Notizie storiche della chiesa e monastero di San Giovanni Battista de' Camaldolesi*, p. 13 ; MITTARELLI, COSTADONI. *Annales Camaldulenses*, VI, p. 147. Para o contexto, cf. DE' ANTONI, Dino. La società religiosa clodiense nel secolo XV attraverso il sinodo Veniero (1490). *Ricerche di storia sociale e religiosa*, 5-6, 1974, p. 189-227 (201); PERINI, Sergio, *Chioggia al tramonto del Medioevo*, Sottomarina (Ve): Libreria editrice, 1992.

²³ Além dos artigos pioneiros de TREXLER, Richard. Honor Among Thieves. The Trust Function of the Urban Clergy in the Florentine Republic, agora em TREXLER, Richard. *Dependance in Context in Renaissance Florence*, Binghamton (New York) 1994, p. 17-34 e ANDREWS, Frances, Regular Observance and Communal Life: Siena and the employment of religious. In EGGER, Christopher, ROUSSEAU, Constance (dir.). *Pope, Church and City. Essays in Honour of Brenda M. Bolton*, Leiden, 2004, p. 357-83, ver agora ANDREWS, Frances, PINCELLI, Agata (dir.). *Churchmen and Urban Government in Late Medieval Italy, c. 1200–c.1450. Cases and Contexts*, Cambridge, 2013.

(cálculo da base tributária e/ou registro das entradas)²⁴. O aparecimento desses intercâmbios nos registros dos priores gerais camaldulenses é particularmente interessante, do nosso ponto de vista, uma vez que coincide, na maior parte dos casos, com a necessidade de disciplinar o exercício dos *secularia officia* pelos membros da ordem, a fim de torná-lo compatível com os compromissos relacionados à profissão monástica, de modo que os leigos não pudessem exigir esses serviços sem a notificação da ordem. Na ausência quase total, por parte dos Camaldulenses, de um discurso explícito sobre a sua presença na cidade e sua participação na vida cívica²⁵, comparáveis àqueles que as ordens mendicantes produziram sob formas discursivas variadas (sermões, *exempla*, hagiografia, crônicas, etc.), este é um testemunho bastante notável. As primeiras atestações desse tipo de intercâmbio concernem menos aos homens do que aos prédios necessários para as reuniões dos novos órgãos de poder comunal, que ainda careciam de edifícios específicos. Sem constituir uma prerrogativa exclusiva dos monges, o fato de que os órgãos comunais poderiam escolher as construções religiosas é, muitas vezes, um marco importante no grau de inserção de certas comunidades na lógica espacial e políticas das cidades, como sublinha o caso dos estabelecimentos camaldulenses pisanos, ou do priorado de San Vigilio em Siena, dependência urbana da poderosa abadia rural de Berardenga, confiada com sua rede aos Camaldulenses, em 1215²⁶. Quanto à participação de membros das comunidades regulares como especialistas, ou representantes da comuna, um dos domínios mais antigos e regularmente atestados é aquela da diplomacia: as comunas não fazem, de fato, mais que retomar, por sua conta, uma prática bem consolidada por parte dos papas e imperadores, que não deixaram de explorar as competências intelectuais, o carisma funcional, ou o peso jurisdicional e patrimonial dos monges a serviço de sua própria diplomacia. O mais original em relação a essas missões diplomáticas é o recurso aos

²⁴ Sobre o que segue CABY, Cécile. Hermits for Communes. The Camaldolese in the service of the Communes of central and northern Italy in the thirteenth to fifteenth centuries. In ANDREWS, PINCELLI (dir.). *Churchmen and Urban Government in Late Medieval Italy*, p. 268-84.

²⁵ Apenas a comunidade florentina muito peculiar de Santa Maria degli Angeli é exceção com a produção, no final do século XIV, de um rico material hagiográfico sobre dois santos semi-religiosos (Silvestre e Paula) que haviam vivido no meio do século e que o hagiógrafo Zanobi Tantini († 1405) insere em um sistema florentino de referência cívica: cf. a edição dos textos na *Leggende di alcuni Santi e Beati...*, éd. C. STOLFI, Bologne, 1864 e CABY. *De l'érémisme rural*, p. 515-16 e CABY, Cécile. À propos du *De seculo et religione*. Coluccio Salutati et Santa Maria degli Angeli. In TROTTMAN, Christian (dir.). *Vie active et vie contemplative au Moyen Âge et au tournant de la Renaissance*, Roma: Ecole française de Rome, 2009, p. 483-529 (com bibliografia anterior).

²⁶ Sobre esses exemplos e similares, ver CABY. *De l'érémisme rural*, p. 491-503 e CABY. *Hermits for Communes*.

Camaldulenses por parte dos órgãos financeiros de certas comunas toscanas, em especial Arezzo²⁷, território e diocese nos quais se encontra a *caput ordinis* camaldulense, Camaldoli. Entre o último terço do século XIII e a metade do século XIV, muitas cartas dos priores gerais atentavam para a presença, em Arezzo, de *camerarii* camaldulenses, provenientes, em sua maioria, de priorados da ordem na cidade, mas não exclusivamente. O prior geral atua, nesse caso, como aquele que concede as licenças em favor da participação no funcionamento de certos órgãos da comuna de Volterra, no fim do século XIII, como uma garantia da competência do candidato considerado e dos interesses recíprocos de ambas as partes (a comuna e a ordem), mas, sobretudo, como uma hierarquia superior, encarregada de controlar a compatibilidade entre o ofício comunal e a profissão monástica, até mesmo, se for o caso, entregar as dispensas necessárias. Assim, o monge Antônio de Volterra, oficial da comuna, aparece nos registros do prior geral Frediano como destinatário de uma dispensa das regras de alimentação monástica válida *tempore quo fuerit in officio Vulterrani Comunis*²⁸. Ao contrário, em 1318, o prior geral Boaventura adverte o monge Bento, que se torna oficial da aduana do sal de Volterra, contra o risco de violar a interdição monástica do juramento, contraditória ao juramento previsto pelos estatutos comunais para os oficiais²⁹. Em casos muito excepcionais, nos quais a missão administrativa confiada aos monges entrava em conflito, não somente com o direito específico da ordem, mas com os interesses de toda a Igreja, o ofício foi abandonado, como foi ordenado a um monge camaldulense da abadia de Vangadizza, empregado como *castaldus* dos Este de Ferrara, contra os quais o papa havia aberto um processo e lançado uma sentença de excomunhão geral³⁰. Face à multiplicidade de contradições possíveis e dos danos que essas missões exteriores poderiam causar sobre o estatutos monásticos dos interessados, certas ordens tomaram a frente e proibiram, em bloco, todas as formas de participação nos encargos administrativos de seculares, como é o caso da ordem olivetana,

²⁷ Sobre as relações entre Camaldoli e a comuna de Arezzo, ver a recente revisão de LICCIARDELLO, Pierluigi. I Camaldolesi e il comune di Arezzo nel Medioevo. In: LICCIARDELLO, Pierluigi (éd.). *I Camaldolesi ad Arezzo*, Arezzo: Società storica aretina, 2014, p. 53-92 que se refere à bibliografia anterior.

²⁸ Archivio di Stato di Firenze, *Camaldoli Appendice*, 21, f. 28v (1297 maggio 6).

²⁹ ASFirenze, *Camaldoli Appendice*, 23, f. 109v (1318 dic. 8). Sobre a aduana do sal de Volterra, ver FILARONI, Stefano. Origine ed evoluzione della manifattura del sale volterrano nel Medioevo. Cenni introduttivi. *Rassegna Volterrana*, 87 (2010), p. 109-64 e 'De aqua salsa moiarum'. Origine ed evoluzione della manifattura del sale volterrano nel Medioevo (secoli XI-XIV). *Bollettino Storico Pisano*, 79 (2010), p. 3-128 (n. 362 sobre o juramento).

³⁰ ASFirenze, *Camaldoli Appendice*, 24, f. 80r.

cujo capítulo geral proibia o acesso dos monges da ordem ao *camerariatus Communis vel domini*, e mesmo a todos os ofícios que implicassem que os irmãos fossem forçados a *extra vagari* ou de *conversari cum saeculo*³¹. A menos que as próprias comunas, que procuravam se libertar do recurso às competências dos religiosos, como sublinha, em Piacenza, na metade do século XIV, a inserção nos estatutos urbanos da proibição de se recorrer aos clérigos para os ofícios comunais.³²

Antes de concluir esse breve panorama, parece necessário – no caminho desses últimos exemplos – dissipar uma possível ambiguidade relativa à avaliação global da relação entre os mosteiros e cidades na Itália. Os estudos de caso apresentados acima não pretendem, de forma alguma, fornecer um conjunto reconfortante de relações constante e globalmente harmoniosas. A concorrência potencial com relação ao serviço paroquial, ou à organização e à promoção dos cultos cívicos, ou à rivalidade em torno dos espaços urbanos, notadamente os mais centrais, ou às tensões jurisdicionais e fiscais entre as comunas e as instituições monásticas, são suficientes para chamar a atenção sobre as potencialidades conflituais da presença dos monges nas cidades: nem os monges, e em geral os regulares, nem os demais atores da vida política urbana, não escapariam aos conflitos internos que caracterizavam essa última, em todos os níveis. Apesar das injunções nas constituições de numerosas ordens a não se intrometer em facções, as comunidades monásticas raramente são de monges do conjunto dos cidadãos, mas são de uma parte entre eles, sendo necessário reconstruir caso a caso.³³. Em certas comunidades, as cobranças como a que ocorreu nos estabelecimentos pisanos, em 1327-1328, nos quais os monges foram forçados a deixar a cidade de Pisa

³¹ A questão aparece em duas cartas do fundador de Bernardo Tolomei (tradução italiana em FALCHINI, Cecilia (éd.). *Per una rinnovata fedeltà: fonti olivetane, i più importanti documenti, le più antiche cronache e le più rilevanti testimonianze letterarie*, Magnano, 2003, n. 6, p. 323-24 et 331, p. 345-46. A interdição é repetida no capítulo 55 das constituições de 1350/60, cf. CATTANA, Valerio Maria, La primitiva redazione delle costituzioni olivetane. In DONGHI, R., PICASSO Giorgio (éd.). *Alla riscoperta di un carisma: saggi di spiritualità e storia olivetana*, Monte Olivetano Maggiore 1995, pp. 449-93, en part. 488-89 (*Et ut nobis infirmis ista pax oriatur, nolumus quod aliquis, ad nostram oboedentiam pertinens, dicendorum curam recipiat, nec abbas hoc ordinamentum interimere valeat, scilicet camerariatus communis vel domini extra nostram professionem degentis; testamentorum executionis; tenendi ad baptismum vel ad crisma pueros vel puellas; tractatus connubii et omnium quae extra vagari cogantur fratres et conversari cum saeculo*).

³² Citado por BRUSCHI, Caterina. The employment of religious orders in Piacenza between the thirteenth and the fourteenth centuries. In: *Churchmen and Urban Government*, p. 67-85, em particular 84.

³³ Alguns exemplos sobre a ordem de Camaldoli em CABY. *De l'érémisme rural*, p. 519-25.

pelo imperador Luís da Baviera (outubro de 1327) *propter exosum statum civitatis*³⁴; ou como a ermida florentina de Santa Maria degli Angeli pilhada e saqueada durante o tumulto dos Ciompi. Conhecidos por sua confiança no desenvolvimento da distribuição e do cálculo dos impostos, incluindo empréstimos forçados, a comunidade também abriga os tesouros de alguns de seus protetores ricos e poderosos: são por esses bens e o que eles representam, e, talvez, os registros relacionados às atribuições fiscais dos monges, que os Ciompi a pilharam em 24 de junho de 1375³⁵.

Ainda assim, os exemplos evocados durante esse rápido percurso, parecem contribuir para destacar como os contratos e intercâmbios entre as comunas e os regulares – por meio da circulação de pessoas, das práticas e discursos, dos conflitos abertos e resolvidos, da exclusão e reintegração recíprocas – poderiam transformar as representações e as práticas de cada um dos dois protagonistas, ao ponto de determinar uma forma de osmose entre eles, responsável pelas formas de ‘sacralização’ ou de ‘espiritualização’ das práticas urbanas³⁶; ou, ao contrário, a assimilação (mais ou menos consciente e aceita) das práticas urbanas e locais, a partir das comunidades religiosas, às quais seu pertencimento a uma ordem centralizada poderia, em teoria, guiá-la inicialmente³⁷. Há muito tempo confinado às relações entre as comunas e os religiosos mendicantes, por causa do papel essencial que tiveram nas construções ideológicas e nos discursos dessas ordens, parece que estas observações podem agora – com base nos estudos de caso cada vez mais numerosos, dentre os quais essa contribuição tem a intenção de se localizar, e sem subestimar as especificidades da vida monástica *stricto sensu* – ser expandidas e adaptadas ao monaquismo tradicional.

³⁴ Ver os documentos citados em CABY. *De l'érémisme rural*, p.517-18, em particular nota 171 e sobre o monastério de S. Frediano, RONZANI, Mauro. Il monastero pisano di San Frediano nei secoli XIII-XV. In CARLETTI, Lorenzo – GIOMETTI, Cristiano (dir.). *Progettare le arti. Studi in onore di Clara Baracchini*, Pisa: Edizioni Mnemosyne, 2013, p. 31-36.

³⁵ De maneira geral, ver TREXLER, *Honor among thieves*, p. 324-25; CABY. *De l'érémisme rural*, p. 523-24; CABY. *À propos du De seculo et religione*.

³⁶ Utilizo essas expressões com o sentido explicitado por BASCHET, Jérôme. *La civilisation féodale de l'an Mil à la colonisation de l'Amérique*, 3e éd. Paris, 2006, p. 616-32.

³⁷ Que a cidade, por meio de suas características sociais, mas também pelas especificidades de seu espaço e suas instituições, poderia criar um tipo específico de relação com a *Ecclesia* e uma modalidade específica de *religio*, já era uma hipótese de CHIFFOLEAU, Jacques. *La comptabilité de l'au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320-vers 1480)*, Rome 1980; cf. na revisão proposta por CABY, Cécile. Religion urbaine et religion civique en Italie au Moyen Âge. Lieux, acteurs, pratiques. In: CROUZET PAVAN, Elisabeth, LECUPPRE-DESJARDIN, Elodie (dir.). *Villes de Flandre et d'Italie (XIII^e-XVI^e siècle). Les enseignements d'une comparaison*, Turnhout: Brepols, 2008, p. 115-30.